

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA CIAD Nº 21, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024.

Dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).

A DIRETORIA EXECUTIVA DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 28, do seu Estatuto Social, e no que determina a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.945, de 15 de setembro de 2021, do Banco Central do Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º Dispor sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), aplicável na Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.

Art. 2º A PRSAC consiste em um conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, ambiental e climática a ser observado na condução dos negócios, das atividades e dos processos, em relação às partes interessadas, com base na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.945, de 15 de setembro de 2021.

Parágrafo único. A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. busca promover o desenvolvimento socioeconômico de forma sustentável e fortalecer a geração de impactos positivos para a sociedade e para o meio ambiente, com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's) da ONU.

Art. 3º Para fins desta Resolução considera-se:

- I – natureza social, o respeito à proteção e a promoção de direitos e garantias fundamentais de interesse comum;
- II – natureza ambiental, a preservação e a reparação do meio ambiente, incluindo sua recuperação quando possível;
- III – natureza climática, a contribuição positiva da instituição na transição para uma economia de baixo carbono e na redução de impactos ocasionados por intempéries frequentes e severas ou por alterações ambientais de longo prazo;
- IV – partes interessadas são clientes, fornecedores, prestadores de serviços, usuários e demais pessoas impactadas pelos produtos da instituição.

Art. 4º Os princípios da PRSAC estão voltados à promoção do Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática dos negócios e operações gerados com a instituição, norteados na missão, visão, valores e código de conduta e integridade, observando-se:

- I – relevância: o grau de exposição ao risco social, ambiental e climático das atividades e operações pactuadas;
- II – proporcionalidade: a compatibilidade dessa política frente a complexibilidade das atividades, serviços e negócios desenvolvidos;
- III – desenvolvimento sustentável integrado: consideração abrangente dos aspectos sociais, ambientais, climáticos, econômicos e culturais;
- IV – ética e transparência: bases para o relacionamento com todas as partes interessadas da instituição, seja o poder público, clientes, usuários dos produtos e serviços, comunidade interna e externa, fornecedores e os demais atores que, conforme a avaliação da instituição,

Gerência
Jurídica
AGN

Visto

sejam impactados em suas atividades operacionais;

V – legalidade: alinhamento com os aspectos normativos e institucionais em conformidade com as políticas públicas correlatas à matéria;

VI – respeito aos direitos humanos: atuação em consonância com os direitos humanos e aversão a qualquer tipo de atos discriminatórios dos direitos e deveres do cidadão brasileiro.

Art. 5º Para consecução dos princípios de que trata o artigo 4º, a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. aplicará as seguintes diretrizes de responsabilidade social, ambiental e climática:

I – fortalecimento da responsabilidade social, ambiental e climática nos processos de planejamento, de gestão operacional e gestão interna;

II – disseminação da cultura de responsabilidade social, ambiental e climática, associada aos regramentos da instituição, junto aos colaboradores e todos os clientes internos e externos;

III – promoção das iniciativas de consumo sustentável, nos processos internos e nas contratações de bens e serviços, de modo a poupar recursos naturais e materiais da instituição;

IV – desenvolvimento, manutenção e aperfeiçoamento dos instrumentos e métodos de avaliação e monitoramento dos impactos e resultados sociais, ambientais e climáticos gerados por suas atividades diretas e pelas atividades que apoia.

Art. 6º A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. manterá estrutura de governança compatível com o seu porte, a natureza do seu negócio, a complexidade dos serviços e produtos oferecidos, atividades, processos e sistemas adotados para assegurar o cumprimento das diretrizes e dos objetivos da PRSAC.

Art. 7º A estrutura de governança mencionada no artigo 6º prevê condições para o exercício das seguintes atividades:

I – implantação e manutenção das ações no âmbito da PRSAC;

II – monitoramento do cumprimento das ações estabelecidas na PRSAC;

III – avaliação da eficácia, eficiência e efetividade das ações implementadas;

IV – verificação da adequação da PRSAC às demais políticas vigentes na instituição;

V – identificação das eventuais deficiências na implantação e manutenção das ações;

VI – direcionamento dos recursos próprios e de terceiros para promoção de ações de apoio e fomento a projetos de desenvolvimento social, ambiental e climático que promovam as partes interessadas.

Art. 8º As ações relacionadas ao gerenciamento do risco social, ambiental e climático serão monitoradas pela Gerência de Riscos (GERIS), sob a responsabilidade do Diretor-Presidente.

Parágrafo único. Independente da exigência prevista no caput deste artigo, procedimentos para identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle dos riscos social, ambiental e climático podem ser também adotados em outras estruturas de gerenciamento de risco da instituição.

Art. 9º A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. adota critérios e mecanismos específicos de avaliação de risco, definidos no SARASC – Sistema de Administração de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos, quando da realização de operações relacionadas às atividades econômicas com maior potencial de causar danos sociais, ambientais e climáticos.

Gerência
Jurídica
AGN

Visto

Parágrafo único. Os critérios mencionados no caput deste artigo são considerados como parâmetros para definir as ações requeridas para a adequação da estrutura organizacional e operacional da instituição, rotinas e procedimentos a serem executados em conformidade com as diretrizes desta PRSAC.

Art. 10. O planejamento de novos produtos, serviços e mudanças no modelo de negócios da instituição deverá considerar a análise prévia sob a ótica da responsabilidade social, ambiental e climática.

Art. 11. Principais práticas aplicadas à rotina da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.:

- I – análise e atualização dos normativos para ajustamento dos processos internos voltados para impactos positivos na sociedade, no meio ambiente e no clima;
- II – adequação dos contratos à PRSAC, no relacionamento com os parceiros, clientes e prestadores de serviços;
- III – atualização do Código de Conduta e Integridade com vistas a manter atualizados os preceitos da PRSAC junto aos colaboradores, prestadores de serviços, estagiários e parceiros;
- IV – capacitação dos colaboradores e das partes interessadas, promovendo ações de desenvolvimento pessoal e profissional com vistas a PRSAC, devendo ser certificada e registrada pela Gerência de Pessoas (GEPES), nas respectivas fichas funcionais, tratando-se dos colaboradores;
- V – contratação e aquisição de produtos e serviços, observando os aspectos sociais, ambientais e climáticos inerentes;
- VI – gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos decorrentes do negócio, através do SARASC (Sistema de Administração de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos);
- VII – incentivo a adoção de boas práticas de gestão social, ambiental e climática pelas partes interessadas;
- VIII – cumprimento rigoroso das leis trabalhistas na relação com seus colaboradores e empresas terceirizadas, aplicação adicional de plano de assistência médica, seguro de vida e concessão de auxílio-alimentação, além de bolsa para estagiários;
- IX – destinação dos resíduos sólidos para reciclagem, através do credenciamento de cooperativas de catadores, conforme legislação estadual;
- X – consulta aos cadastros oficiais de trabalho escravo e trabalho infantil, a título de prevenção;
- XI – disponibilidade de linhas de crédito concebidas para apoiar projetos sustentáveis, que contemplam impactos positivos embasados nos ODS's da ONU, que fortalecem a sociedade, o meio ambiente e o clima e estimulam à inovação;
- XII – priorizar em suas operações a geração de emprego digno (ODS 8), com aderência aos ODS's; n° 1 – Erradicação de Pobreza, n° 2 – *Fome Zero* e Agricultura Sustentável, n° 5 – Igualdade de Gênero, n° 9 – Indústria, inovação e infraestrutura, n° 10 – Redução das desigualdades e n° 15 – Parcerias em prol das metas dos ODS's.

Art. 12. A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. assume, nesta PRSAC 2025 – 2027, o compromisso na geração direta de impactos positivos, envolvendo as partes interessadas, conforme segue:

- I – utilização de energia limpa;
- II - redução do uso de produtos plásticos descartáveis nas dependências da sede;
- III – redução do consumo de papel;
- IV – envolvimento de todos os colaboradores, parceiros e prestadores de serviços com os ODS's da ONU;

Gerência
Jurídica
AGN

Visto

V – realizar eventos de atualização sobre os ODS's/ONU e política de responsabilidade social, ambiental e climático junto aos colaboradores.

Art. 14. Compete ao Conselho de Administração (CONAD):

- I – aprovar a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), com o auxílio do diretor responsável;
- II – assegurar a aderência da instituição à PRSAC e às ações com vista a sua efetividade;
- III – assegurar a compatibilidade e a integração da PRSAC às demais políticas vigentes na instituição;
- IV – assegurar a correção tempestiva das deficiências relacionadas à PRSAC;
- V – apoiar iniciativas no sentido de fortalecer e disseminar na Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., a cultura de responsabilidade social, ambiental e climática.

Art. 15. Compete a Diretoria Executiva (DIREX):

- I – elaborar a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), submentendo à aprovação do Conselho de Administração (CONAD);
- II – propor recomendações ao CONAD sobre PRSAC;
- III – avaliar o grau de aderência das ações implementadas, propondo recomendações de aperfeiçoamento;
- IV – apoiar as iniciativas para fortalecimento e disseminação da cultura de responsabilidade social, ambiental e climática na Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., perante fornecedores, partes interessadas e demais pessoas que, conforme avaliação da instituição, sejam impactadas por suas atividades.

Art. 16. O diretor-presidente é responsável pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), conforme especificações abaixo:

- I – participar do processo decisório, oferecendo subsídios ao CONAD, para a aprovação e revisão da PRSAC;
- II – implementar e manter ações com vista à efetividade da PRSAC;
- III – monitorar e avaliar as ações implementadas no PRSAC;
- IV – aperfeiçoar as ações implementadas no PRSAC, quando identificadas eventuais deficiências;
- V – divulgar informações adequadas e fidedignas, necessárias sobre o PRSAC.

Art. 17. Compete a Gerência de Riscos (GERIS):

- I – estabelecer e manter procedimentos para identificar o grau de exposição dos contratos, operações e similares, ao risco social, ambiental e climático, nas esferas administrativas e operacionais;
- II – revisar a metodologia para identificação do risco social, ambiental e climático, e acompanhar o cumprimento dos planos de ação;
- III – informar ao diretor-presidente, suspeitas e/ou indícios de risco de forte impacto social, ambiental ou climático;
- IV – monitorar junto a Gerência de Acompanhamento e Cobrança de Crédito (GERAC), as obrigações contratuais das operações de crédito, relativas ao risco social, ambiental e climático;
- V – garantir a conformidade com a PRSAC, dos produtos e ações da instituição;
- VI – monitorar as perdas decorrentes do risco social, ambiental e climático;
- VII – apoiar as iniciativas de fortalecimento e disseminação, na Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., da cultura de responsabilidade social, ambiental e climática.

Gerência
Jurídica
AGN

Visto

Art. 18. A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., promoverá ampla divulgação interna, desta política, e apoiará iniciativas no sentido de fortalecer e disseminar a cultura de responsabilidade social, ambiental e climática.

Art. 19. A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. estimulará a participação de partes interessadas no processo de elaboração da política estabelecida.

Art. 20. Antes da concessão do crédito, deverá se observar a seção “*Impedimentos e restrições ao crédito*”, constante no Anexo I, desta Resolução – SARASC (Sistema de Administração dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos).

Art. 21. A Diretoria Executiva (DIREX) deverá promover revisão da PRSAC, até 2027 (três anos), ou extraordinariamente a qualquer tempo, quando houver ocorrência de fatos relevantes.

Art. 22. Esta Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) será divulgada ao público externo, em local de fácil identificação, no sítio da instituição na internet.

Art. 23. Fica revogada a Resolução DIREX/CIOP nº 08, de 27 de dezembro de 2022.

Art. 24. Esta Resolução foi aprovada na 204ª Reunião do Conselho de Administração da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., realizada em 23/12/2024.

MARCIA FARIA MAIA
Diretora-Presidente

DOMINGOS JULIANO PACHECO PORCIÚNCULA
Diretor Administrativo-Financeiro

EDILSON FERNANDES DE ASSIS
Diretor Operacional

ELAN FERREIRA DE MIRANDA
Diretor de Desenvolvimento, Estratégias e Negócios

Gerência
Jurídica
AGN

Visto